

**TERMO DE REFERÊNCIA**

REGIME DE EXECUÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de emissão, renovação e suporte técnico de certificados digitais, destinados ao atendimento das necessidades da administração pública, pelo período estimado de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos no processo, conforme especificações básicas e condições contidas neste Termo de Referência.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

**DESCRITIVO DO OBJETO**

PRODUTO	NOME	UNID.	QUANTIDADE	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL	SEQUÊNCIA	VLR. TOTAL
20001	CERTIFICADO DIGITAL PESSOA FISICA A1	UN	50,0000	128,3300	6.416,5000	1,0000	R\$6.416,5000
20002	CERTIFICADO DIGITAL DE PESSOA JURIDICA	UN	15,0000	175,0000	2.625,0000	2,0000	R\$2.625,0000
QUANTIDADE TOTAL DO LOTE			65,0000				R\$9.041,5000
TOTAL			65,0000				R\$9.041,5000

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A contratação para o fornecimento dos produtos, objeto deste Termo de Referência, será por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

**JUSTIFICATIVA**

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de emissão, renovação e suporte técnico de certificados digitais justifica-se pela necessidade de garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica dos atos administrativos praticados no âmbito da Administração Pública.

Os certificados digitais são ferramentas indispensáveis para o acesso a sistemas governamentais, assinatura eletrônica de documentos oficiais, envio de informações a órgãos de controle e cumprimento de obrigações legais, assegurando maior segurança da informação, rastreabilidade e confiabilidade dos procedimentos administrativos.

Além disso, a emissão e renovação periódica dos certificados, bem como o suporte técnico especializado, são essenciais para evitar interrupções nos serviços, falhas operacionais e riscos à continuidade das atividades administrativas, garantindo a eficiência e a regularidade dos serviços públicos prestados.

Dessa forma, a contratação pelo período estimado de 12 (doze) meses mostra-se necessária e adequada, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, conforme preconiza a legislação vigente.

**HABILITAÇÃO JURÍDICA**

Para sociedades empresárias ou não empresárias: cópia do contrato social ou certificado de MEI; Cédula de Identidade e CPF do proprietário, diretores ou sócios;

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Junto à Receita Federal do Brasil;
- Certificado de regularidade perante o Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão negativa de débito – CND, com o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS);

- e) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), com validade compatível com a data de apresentação.
- f) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

### **DO FORNECIMENTO**

O fornecimento dos serviços compreenderá a emissão, renovação e o suporte técnico dos certificados digitais, conforme as especificações técnicas e quantitativos definidos no instrumento convocatório e/ou termo de referência.

A empresa contratada deverá disponibilizar os certificados digitais dentro dos prazos estabelecidos pela Administração, assegurando o correto funcionamento, a validade e a compatibilidade com os sistemas utilizados pelos órgãos e setores da Administração Pública.

O suporte técnico deverá ser prestado de forma contínua durante o período de vigência contratual, abrangendo orientações, esclarecimentos, instalação, configuração e solução de eventuais problemas relacionados à utilização dos certificados digitais, garantindo a plena operacionalidade dos serviços.

### **DA VIGÊNCIA**

A presente aquisição tem vigência de 12 meses, após a publicação do seu termo de adjudicação.

### **DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

O **recebimento provisório** dos serviços ocorrerá após a emissão ou renovação dos certificados digitais, mediante verificação preliminar do atendimento às especificações técnicas e às condições estabelecidas no contrato, termo de referência ou instrumento equivalente, sendo formalizado por servidor ou comissão designada pela Administração.

O **recebimento definitivo** dar-se-á após a comprovação do pleno funcionamento dos certificados digitais e da regularidade dos serviços prestados, bem como após o decurso do prazo necessário para verificação da qualidade e conformidade do objeto contratado, ocasião em que será emitido o respectivo termo de recebimento definitivo, nos termos da legislação vigente.

### **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa de que trata o objeto desse Termo de Referência ocorrerá às custas da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2026:

39.03.23.04.122.1502.2404.339039.99 FONTE 100 FICHA 39

### **DA FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela Administração Pública de forma mensal, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços prestados no respectivo período, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, acompanhada da documentação exigida.

O pagamento será realizado por meio de depósito ou transferência bancária na conta indicada pela contratada, observadas as disposições contratuais e a legislação vigente.

Eventuais pendências ou irregularidades na documentação apresentada suspenderão o prazo para pagamento, que será retomado a partir da regularização por parte da contratada.

**Marzagão, 03 de fevereiro de 2026.**

**FELIPE ALMEIDA SERRA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS**